

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA LEI DE ANISTIA E DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE LA LEY DE AMNISTÍA Y DE LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN EN BRASIL

Gabriela Natacha Bechara

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o período histórico que deu origem à ditadura militar e a lei de anistia brasileira, que por sua vez impactou na efetivação da Justiça de Transição no país. Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário abordar os diferentes fatores históricos que deram origem ao golpe militar, contemplando o período do pré-golpe e o estabelecimento do regime de opressão, cuja resistência deu ensejo a campanha empreendida pela sociedade em prol da promulgação de uma lei de anistia. O objetivo é possibilitar uma maior compreensão a respeito da organização da sociedade brasileira que possibilitou a conquista da lei e cujos desdobramentos deram origem a redemocratização do país.

Palavras-chave: golpe de 1964; ditadura militar; anistia; justiça de transição.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el periodo histórico que dio origen a la dictadura militar y la ley de amnistía brasileña, que a su vez impactó en la eficacia de la justicia transicional en el país. Dentro de esta perspectiva, es necesario abordar los diferentes factores históricos que condujeron al golpe militar, que abarca el período anterior del golpe y el establecimiento del sistema de opresión, lo que dio lugar a la campaña de resistencia llevada a cabo por la sociedad para la promulgación de una ley de amnistía. El objetivo es permitir una mayor comprensión de la organización de la sociedad brasileña que permitió la conquista de la ley y cuyos avances han dado lugar a la redemocratización del país.

Palabras clave: golpe de 1964; dictadura militar; amnistía; justicia transicional.

1 INTRODUÇÃO

A lei de anistia brasileira é um tema atual e cogente, que apesar de suas décadas de existência contrapõe ideologias e continua a suscitar grandes divergências e acalorados debates. Questões como a apuração de responsabilidades, punição aos torturadores, reparação às vítimas e a abertura dos arquivos das forças armadas jamais foram esquecidas, continuam a emergir no cenário jurídico-político nacional.

Dentro desse escopo, tem-se que o processo que deu origem a campanha nacional pela anistia foi reflexo de um período totalitário e opressor, onde um verdadeiro terrorismo de estado foi imposto à população. As forças armadas, em nome da segurança nacional e proteção da sociedade frente ao estabelecimento de um suposto comunismo, passam a caracterizar como subversivos determinados segmentos da sociedade. Inseridos na lógica repressora, os militares estabelecem política de eliminação de qualquer ameaça ao regime,

seja ela real ou imaginária. O cidadão comum torna-se suspeito. Qualquer pessoa pode vir a se tornar um inimigo interno que as forças armadas deveriam eliminar.

O período que compreendeu a ditadura militar (1964 - 1985) é considerado o período mais negro da história do país. Brasileiros de todas as classes e credos foram mortos, seqüestrados, presos, torturados. Inúmeros “desapareceram”. Os direitos humanos foram sistematicamente violados em seus mais básicos aspectos.

Em contrapartida as atrocidades cometidas, surgiram ensaios de uma resistência política, cultural, armada. Todas rechaçadas pelos militares.

Doravante, a partir de uma conjuntura nacional mais favorável a resistência ao regime, a sociedade começa a reagir, mobilizando-se na luta contra as arbitrariedades cometidas. A luta foi empreendida pela sociedade como um todo, dando origem a um movimento nacional e diversificado, cujo mote consistia em uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. A campanha nacional pela anistia surge como um objetivo agregador, pacificador das diferenças sociais.

Apesar da luta empreendida, a lei de anistia aprovada condizia com os desejos dos militares, que se auto-anistiarão, ou seja, retiraram o caráter punitivo de certos atos praticados por agentes públicos durante o regime militar.

A lei é fruto da configuração de forças da época, única possível dentro do contexto histórico da distensão política delineada pelo general Geisel e levada adiante pelo general Figueiredo.

Ainda que parcial, a conquista da lei representou importante passo na retomada da democracia. A questão da anistia possui notável influência sob a história política recente do país, e é o resultado de um esforço da sociedade civil nunca visto e cujo esforço culminou na redemocratização da sociedade brasileira.

A Justiça de Transição vem para auxiliar na compreensão do processo de redemocratização, oferecendo subsídios a respeito de como promover a mudança de um regime totalitário para um regime democrático. Seus pilares, ou dimensões, foram influenciados diretamente pela forma como se deu o processo de anistia no Brasil.

Assim, o presente artigo tem por objetivo fazer um levantamento histórico acerca do período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964, a deflagração do golpe, o período que compreendeu a ditadura militar no país e a luta da sociedade brasileira pela lei de anistia e redemocratização do país.

2 A ANISTIA E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

2.1 PERÍODO DO PRÉ-GOLPE MILITAR

Os anos que antecederam a ditadura militar no Brasil foram de intensa atuação política entre as forças que disputavam o poder no país. Ao mesmo tempo, o mundo passava por um período de divisão em dois blocos com a ocorrência da guerra fria, conflito entre as duas potências dominantes na época, Estados Unidos e União Soviética e suas diferentes concepções ideológicas¹.

Como o restante da América Latina, o Brasil permanece sob a órbita da política externa norte-americana, voltada a manutenção de sua influência na região.

Nesse ínterim, ocorre nas Américas a Revolução Cubana liderada por Fidel Castro, que passa a organizar sua política de forma a exportar sua revolução. Por sua vez, na busca pelo apoio e disseminação de sua própria política, os Estados Unidos estavam determinados a impedir o avanço comunista através de Cuba no restante dos países latino-americanos. A respeito de suas conseqüências na América Latina, tem-se que

A partir de 1959, a Revolução Cubana marcou profundamente a política exterior dos Estados Unidos, que anunciaram não mais tolerar insurgências desafiando sua hegemonia na região, logo após ter ficado clara a aproximação entre Cuba e União Soviética. Para garantir que os governos da região permanecessem como aliados, os Estados Unidos apoiaram ou patrocinaram golpes militares de exacerbado conteúdo anticomunista. (BRASIL, 2007, p. 19)

Como maior país da América do Sul, o Brasil passa a ser um dos alvos naturais dos diferentes interesses em conflito. Americanos, soviéticos e cubanos enviam representantes e estabelecem determinadas estratégias no intuito de influenciar a política interna do país, cuja posição estratégica era fundamental para a contenção ou uma possível expansão do comunismo na região.

Dessa forma, dado os interesses em jogo, não só o Brasil, mas a América Latina como um todo, torna-se campo de manobra da política exterior americana, principalmente, que passa a interferir na política interna de todos os países do bloco.

Corroborando nesse sentido, observa-se um incremento no poder (político e econômico) dos grupos políticos opositores aos governos mais nacionalistas e com possíveis

¹ A Guerra Fria tem sua origem na divisão ocorrida quando da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Refere-se ao período de disputas e conflitos indiretos ocorridos entre os Estados Unidos e a União Soviética e suas zonas de influência.

simpatizantes de esquerda que se multiplicavam pelo continente sul-americano. Isso porque tal política era associada ao comunismo colocado em prática na União Soviética que os Estados Unidos queriam expurgar, evitando uma possível onda comunista que assolasse o continente vizinho.

Dentro desse contexto, assim como seus vizinhos latino-americanos, devido a pressões externas e a configuração de poder na política interna, o Brasil sofreu ruptura em sua ordem constitucional com a instauração do regime militar, verdadeiros anos de chumbo e aborto democrático na história brasileira.

O cenário interno que deu ensejo ao golpe militar ocorrido em 1964 começa a se delinear, resumidamente, a partir das décadas de 50 e 60, com o aumento das pressões sociais e o surgimento de novas organizações populares. Peculiaridades regionais, a situação política e a disputa de poder acabaram por resultar em inquietações sociais generalizadas. Com o passar do tempo, o aumento da população urbana em conjunto com o êxodo rural, o endividamento externo, o déficit orçamentário da União, os elevados índices de inflação e o aumento da concentração de renda resultam em uma onda de reivindicações sociais.

Portanto, as mudanças ocorridas no período aliadas com o subsequente desenvolvimento econômico e as mudanças sociais geram uma necessidade de modificações profundas. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 56) Relativamente as reivindicações sociais, tem-se que os tradicionais grupos da elite que disputavam o poder na época não mostravam-se dispostos a implementar tais reformas.

É nesse cenário de inquietações sociais generalizadas que surge a figura de Jânio Quadros, político carismático e de carreira fulminante, que criticava a corrupção no governo, a desordem financeira e as negociações. Sua personalidade popularisca reunia no imaginário popular todas as esperanças do país. Sua popularidade era tal que atingia diferentes camadas da população, abrangendo desde a classe média e antigetulistas até os trabalhadores rurais e operários urbanos. Sobre sua ascensão política:

Jânio Quadros era um político solitário que havia construído uma carreira política sobre seu carisma no estado de São Paulo. Começara como professor de ginásio, mais tarde vendendo sua história da gramática portuguesa de porta em porta, mas sua verdadeira vocação era convencer os eleitores da classe média de que ele podia limpar a política. Era uma figura desgrehada – alto e magro, com os cabelos caindo sobre o cenho e um olho ruim (resultado de um acidente de infância). Era especialmente adepto de manter os holofotes sobre si soltando trechos saborosos de uma história enquanto postergava com sucesso o desfecho. Sua campanha para a presidência em 1960 exibia esse talento. O símbolo de sua campanha era uma vassoura – para

varrer os políticos corruptos. Jânio atraía um apoio tão amplo e entusiástico que chegava ao público como uma espécie de messias. Ele foi a escolha da UDN, que o nomeou na esperança de finalmente ter um vencedor. Mas Jânio dava pouca importância à fidelidade partidária. No meio da campanha renunciou à indicação da UDN para caracterizar sua independência. (SKIDMORE, 2000, p. 208).

O Candidato a presidência nas eleições de 1960 Jânio Quadros é eleito representando a União Democrática Nacional - UDN, e João Goulart², candidato do Partido Social Democrático – PSD, para vice. Quadros foi eleito com 48% dos votos, derrotando seu principal adversário, o General Henrique Teixeira Lott³.

Ao assumir o poder, Jânio passa a implementar uma política interna controversa e autoritária, optando por uma pacote ortodoxo de estabilização que acaba por reduzir o poder aquisitivo dos salários recebidos pela população, dada, entre outros, a desvalorização cambial e o corte dos subsídios do trigo e do petróleo.

Em sua política exterior⁴, Jânio estabelece uma política de independência em relação a política norte-americana, condecorando Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul e apoiando a independência das colônias portuguesas na África.

Seu carisma passa a desvanecer perante a população, principalmente devido a seu personalismo, comportamento pessoal esdrúxulo, tendências sensacionalistas e recusa em negociar sua política, caminhando para o isolamento político, sem apoio ou aliados. Averso a negociações, Jânio, sem aviso, renuncia em 25 de agosto de 1961. Ainda restam dúvidas sobre suas razões⁵, mas

Ele evidentemente supunha que a renúncia não seria aceita e que forçaria o Congresso a dar-lhe poderes de emergência – como ocorrera com o general de Gaulle na recente crise francesa precipitada pela independência da Argélia. (SKIDMORE, 2000, p. 209-210)

Sua estratégia de renúncia mostra-se por demais ineficiente⁶ pois não consegue angariar o apoio previsto. João Goulart, seu vice e quem legitimamente deveria sucedê-lo,

² A legislação eleitoral da época permitia que o eleitor votasse no candidato a presidente de uma determinada chapa e no vice de outra, não existindo o chamado voto casado.

³ Lott foi um dos responsáveis pelo contra-golpe militar de 1956 que conseguiu garantir a posse de Juscelino Kubitschek.

⁴ A política externa de Jânio Quadros era posta em prática pelo seu ministro do Exterior, Afonso Arinos de Melo Franco. Sua política de independência consistia muito mais na busca por um caminho alternativo para o país entre os dois grandes blocos em confronto do que uma efetiva aproximação com o comunismo.

⁵ Hipótese mais corrente é a que combina sua personalidade instável e um cálculo político equivocado, uma vez que se considerava imprescindível para o país e esperava com essa estratégia obter mais poderes para governar. Em novembro de 1959 Jânio já havia lançado mão do expediente, com sucesso.

⁶ Jânio não conseguiu fortalecer-se ou angariar o apoio das massas como ocorrera com Fidel Castro na Revolução Cubana.

encontrava-se em visita a China, o que não foi bem visto pelos partidos liberais e de direita. Sua volta ao país e sua posse só foram possíveis com o apoio da mobilização conhecida como Campanha pela Legalidade, que visava assegurar a posse de Goulart.

Apontado como radical pela alta hierarquia das Forças Armadas, o vice-presidente João Goulart, principal herdeiro do nacionalismo getulista da década de 50, teve seu nome impugnado pelos três ministros militares. Contra esse veto, levantou-se uma ampla mobilização popular em todo o país. A reação mais enérgica partiu do Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola comandou uma forte pressão, nas ruas, para que fosse assegurada a posse de Goulart. Receosos da guerra civil que se esboçava, os militares novamente recuaram, impondo, no entanto, o estabelecimento do sistema parlamentarista de governo, que retirava poderes do presidente. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 57)

João Goulart assume a presidência com poderes limitados pelo parlamentarismo imposto pelos militares e num contexto de mobilizações e pressões sociais até então desconhecidas. Como plano de governo, Goulart estabelece como ideologia básica o nacionalismo e as chamadas reformas de base, que incluem reforma agrária, urbana, bancária, fiscal e educacional, além do direito de voto aos analfabetos. Tais reformas incluíam também medidas de cunho nacionalistas como uma maior intervenção por parte do Estado e a nacionalização de algumas empresas. (FAUSTO, 2003, p. 447-448)

Em plebiscito nacional ocorrido em janeiro de 1963 os brasileiros votam pela revogação da emenda que impusera o parlamentarismo. Deflagrada a crise econômica oriunda de outros governos, movimentos sociais passam a se organizar e reivindicar seus direitos. Ocorrem manifestações do Movimento Nacional dos Sargentos, das Ligas Camponesas e algumas greves, inspiradas pelo próprio governo para aumentar a pressão por reformas.

Jango passa a organizar uma série de comícios populares em diferentes cidades do país onde anuncia o lançamento de decretos que dariam início às reformas de base. Seu primeiro comício acontece em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, e foi o início do fim de seu governo. As medidas presidenciais colocavam em risco o controle da elite, que vê seus privilégios ameaçados pelas manifestações populares com a incorporação das massas à política do país e começam a se organizar para opor uma forte resistência e derrubar o presidente.

No dia 19 de março, em protesto ao comício presidencial, setores mais conservadores, contando com o apoio de empresários⁷ e da Igreja Católica⁸, organizam em São Paulo a primeira “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”⁹, pregando o perigo da postura anticristã, contra a família e comunista do governo federal¹⁰.

A respeito das tendências golpistas da direita, tem-se que “O golpismo tornava-se um recurso que setores da direita lançavam mão para deter o avanço popular e compensar suas perdas eleitorais.” (DOLHNIKOFF, 2001, p. 265). Tentativas anteriores já haviam acontecido, como para impedir a posse de Vargas e Juscelino Kubitschek, a crise em 1954, sublevações militares em 1956 e 1959.

O golpe militar passar a ser estimulado abertamente pela CIA, Agência Central de Inteligência Americana, que financia entidades como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), que veiculavam violenta propaganda contra o governo. Armas também são oferecidas ao general Carlos Guedes, um dos deflagradores do golpe.

Segundo a estratégia anti-comunista adotada pelo governo americano, além da articulação, propaganda e participação de setores abastados do país, a participação militar era essencial na suposta luta contra o comunismo, pois garantiria uma efetiva tomada do controle do país. Assim como a direita, os militares estavam preocupados com o alastramento da esquerda no Brasil, mas algumas de suas alas se mostravam relutantes em atuar. O pretexto para a ação dos militares ocorre quando da revolta dos marinheiros e fuzileiros navais por melhores condições de trabalho, posteriormente conhecida como Levante dos Marinheiros¹¹. Os revoltosos são anistiados pelo governo, o que é visto como um ato de agressão a hierarquia das forças armadas, ensejando o fim da indecisão entre alguns setores militares, oportunizando a ação por parte dos militares.

⁷ Interesses do capital nacional e estrangeiro ameaçado leva o empresariado a apoiar econômica e politicamente.

⁸ Setores da ala mais conservadora da Igreja Católica tiveram papel fundamental na mobilização que antecedeu o golpe de 1964.

⁹ Segundo estimativas existentes na época, a Marcha do Rio de Janeiro contou com a participação de 500 mil pessoas, tendo sido organizada em diferentes cidades do Brasil. Seu fundo estratégico consistia na manipulação dos sentimentos religiosos da população, majoritariamente católica.

¹⁰ As tentativas de reforma passam a ser encaradas como tentativas de implantar o comunismo no país, quando na verdade tratava-se apenas da modernização necessária para reduzir as desigualdades sociais, tão exacerbadas no país.

¹¹ Ocorrida na sede do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, no dia 25 de março de 1964. Seu líder era José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, mais tarde identificado como informante do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e agente da CIA. (CARVALHO, 2004, p. 143)

2.2 O GOLPE

O golpe foi deflagrado de forma eficiente e rápida. Em 31 de março tropas militares deslocam-se de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, sendo logo seguidas pelas de São Paulo. Sobre o apoio americano:

O apoio dos EUA foi dado de forma prática, com a aproximação de navios da Frota do Atlântico Sul, com o desembarque de armas nas costas de Santa Catarina com submarinos sem identificação e com o fornecimento de informações do serviço secreto americano aos golpistas. (SEIXAS; POLITI, 2009, p. 39)

Ao deslocamento de tropas contra o governo não foi oposta resistência significativa. João Goulart prefere o exílio¹² a provocar uma guerra civil. Assim, sem resistência popular ou militar o presidente legitimamente constituído do Brasil é deposto.

Após a derrubada de Jango, seguiu-se um período de repressão violenta, com prisões e torturas, estabelecendo um clima de medo e delações entre a população. Figuras importantes de esquerda e pessoas que haviam tomado posições nacionalistas, bem como todos que poderiam oferecer alguma resistência ao estabelecimento do novo regime, foram presas. A sede da União Nacional dos Estudantes- UNE, foi incendiada. As ligas camponesas perseguidas. Intervenções em sindicatos e federações eram rotineiras.

Aparentemente imposto para livrar o país da desordem, da ameaça do comunismo e da corrupção e com o fim maior de restaurar a democracia, o golpe militar passa a adquirir diferentes contornos com a promulgação dos Atos Institucionais e a adoção da Doutrina de Segurança Nacional.

A promulgação de Atos Institucionais¹³ foi a maneira encontrada pelos militares de burlar a Constituição, conferindo legitimidade ao novo regime. O alto comando emitiu o primeiro decreto legitimador em 9 de abril de 1964 denominado Ato Institucional n. 1, que reforçava o Poder Executivo, reduzia o campo de ação do Congresso, conferia ao presidente a iniciativa de projetos de lei referentes ao orçamento, suspendia imunidades parlamentares e direitos políticos, cassando mandatos e expurgando funcionários públicos e juizes, que perdem a estabilidade e a vitaliciedade. (FAUSTO, 2003, p. 466-467)

Na mesma época, os políticos de direita que haviam apoiado o golpe são surpreendidos pelos militares, “que decidem assumir diretamente o poder.” (CARVALHO,

¹² Assim como Jango, outras personalidades políticas de peso procuram refúgio no exterior.

¹³ Ao todo foram 17 Atos Institucionais, sendo os mais importantes o AI-2 e o AI-5.

2004, p. 158) Com o Congresso e a população em choque, o general Humberto de Alencar Castelo Branco ¹⁴, escolhido por meio de votação indireta no Congresso em 16 de abril, é imposto como presidente.

Num primeiro momento a intervenção militar foi anunciada como passageira, saneadora das mazelas sociais e da infiltração comunista no país.

Logo, no entanto, começaram as cassações, os desaparecimentos e o início das torturas em nome da segurança nacional. Dentro das forças armadas ainda existiam diferentes alas de influência, que apesar de não divergirem entre si a respeito da necessidade do golpe, possuíam diferentes pontos de vista acerca de como deveria se dar a intervenção:

Os militares distinguiam-se ainda em dois agrupamentos: a chamada “Sorbonne”, como eram conhecidos os ideólogos da Escola Superior de Guerra (ESG), que forneceriam as bases doutrinárias para a intervenção político-social, e os representantes “linha-dura” que comandavam as principais unidades militares. Durante os vinte anos de ditadura, esses dois grupos disputaram o controle político do país e compuseram o núcleo do poder. (CAMPOS; DOLHNIKOFF, 2001, p. 271)

As eleições estaduais de 1965 concedem importantes vitórias a oposição, alarmando os militares da linha-dura, que passaram a exigir um controle maior das eleições. Em 17 de outubro de 1965, dias após as eleições, o General Castelo Branco baixa o AI-2, estabelecendo, entre outros, a extinção dos partidos políticos existentes na época. Institui-se o bipartidarismo, com a criação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), agrupando os partidários da ditadura, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição consentida.

Em outubro de 1966 o Congresso é fechado e reconvocato pelo AI-4 para aprovar a nova Constituição Federal, que legalizava o governo ilegítimo dos militares.

Dias antes de deixar o governo, Castelo Branco promulga a Lei de Segurança Nacional, que determina que toda ação possivelmente desestabilizadora do regime, passava a ser alvo de punições.

Com o fim do governo de Castelo Branco, representantes dos linha-dura conseguem articular a eleição do general Artur da Costa e Silva, que toma posse em março de 1967.

A partir de 1966 ocorre o início de uma rearticulação por parte da oposição: setores mais liberais da Igreja Católica passam a se fazer ouvir, estudantes voltam a se

¹⁴ O General Castelo Branco era chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

manifestar ruidosamente contra a repressão, forma-se a Frente Ampla, composto por Juscelino, Carlos Lacerda e Jango. Em 1968 as manifestações ganham ímpeto. A morte do estudante Edson Luís de Lima Souto pela Polícia Militar durante protesto no Rio de Janeiro choca a sociedade, acarretando na famosa passeata dos 100 mil.

A essas manifestações o governo reage com destempero e de forma violenta, com prisões, assassinatos, “desaparecimentos” e torturas, baixando o infame AI-5 em dezembro de 1968, considerado o golpe dentro do golpe, pois suspendia os direitos civis e políticos, estabelecia a censura prévia dos veículos de comunicação e suprimia o mandado de segurança e o habeas corpus. O AI-5 consolidava a Doutrina da Segurança Nacional¹⁵ que identificava como inimigos internos determinados setores da sociedade como agentes do comunismo internacional.

Com a edição do AI-5, houve início de período de prisões indiscriminadas, torturas sistemáticas, estupros, fazendo com que as pessoas começassem a se organizar para resistir a essas práticas bárbaras. Num primeiro momento, familiares, amigos e advogados das vítimas começam a criar redes de distribuição de informação e proteção. Focos de resistência a abusividade da ditadura passam a surgir nos mais variados cantos do país. Artistas e intelectuais unem suas vozes contra a ditadura.

Como fruto da repressão e da impossibilidade de oposição legal e de resistência civil, surgem os primeiros grupos de luta armada no país, influenciados pela formação de guerrilhas nos países latino-americanos vizinhos.

Em resposta à falta de alternativa para a oposição legal, grupos de esquerda começaram a agir na clandestinidade e adotar táticas militares de guerrilha urbana e rural. Em setembro de 1969, houve o primeiro ato espetacular da guerrilha urbana, o seqüestro do embaixador norte-americano. Daí até o final do governo Médici, em 1974, forças da repressão e da guerrilha se enfrentaram em batalha inglória e desigual. Aos seqüestros e assaltos a bancos dos guerrilheiros, respondia a repressão com prisões arbitrárias, tortura sistemática de presos, assassinatos. Opositores assassinados eram dados como desaparecidos ou mortos em acidentes de carro. A imprensa era proibida de divulgar qualquer notícia que contrariasse a versão das forças de segurança. (CARVALHO, 2004, p. 162-163).

¹⁵ A Doutrina da Segurança Nacional foi desenvolvida no Brasil pela Escola Superior de Guerra, criada em 1949, sob influência norte-americana, no intuito de afastar a onda vermelha do ocidente.

Curiosamente o PCB, Partido Comunista Brasileiro, era contra a luta armada. Foram seus dissidentes que se organizaram em diferentes grupos e introduziram a guerrilha no país¹⁶.

Esses grupos, em sua maioria, não contavam com mais de quinhentos guerrilheiros, com idade em torno dos 20 anos. A atuação mais consistente desses grupos ocorreu entre 1969 e 1972, com ações ousadas que impuseram derrotas táticas e publicitárias a ditadura, numa estratégia de guerra de desgaste e desestabilização do regime.

Suas ações consistiam basicamente em assalto a bancos para angariar fundos para a sobrevivência da resistência, as chamadas expropriações, e o seqüestro de diplomatas, como o do embaixador americano¹⁷, a fim de trocá-lo por presos políticos, entre outros.

Um grande aparato repressivo foi montado para combater a oposição armada. Ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, o poderoso Serviço Nacional de Informações (SNI) subordinava todas as Secretarias Estaduais de Segurança e seus respectivos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), além de coordenar os serviços secretos e centros de operações das três armas. No Exército foram criados dois organismos de operações especiais: o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e o Destacamento de Operações e Informações (DOI). Vinculando as ações das polícias e do Exército **financiadas por industriais brasileiros e multinacionais**, foram organizadas operações de varredura de militantes de esquerda, denominadas Operações Bandeirantes (Oban). (CAMPOS; DOLHNIKOFF, p. 276, grifo nosso)

O fato de as guerrilhas serem isoladas politicamente e divididas, além das sucessivas mortes e desaparecimentos dos militantes que as compunham, fizeram com que os grupos de luta armada comesçassem a desaparecer. Em 1972 a maioria dos grupos armado já não existia. Seus líderes morreram em confronto com as forças militares ou sob tortura.

Historiadores do período elencam ainda duas razões principais para o declínio das guerrilhas. A primeira diz respeito a eficácia do aparato militar na repressão, que dizimou os militantes e o grupos de apoio a causa. A segunda tem a ver com o isolamento dos grupos guerrilheiros da massa da população, que em sua maioria, não se identificava ou se solidarizava com a luta empreendida.

¹⁶ Pode-se citar a Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, assassinado em 1969; Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Lamarca, assassinado em 1971; Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares); Comando de Libertação Nacional (COLINA); Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)

¹⁷ Charles Burke Elbrick foi sequestrado quando ia para casa almoçar. Foi trocado por outros 10 militantes, que se encontravam presos.

Essa última razão explica-se ainda pelas condições econômicas favoráveis geradas durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, no poder desde outubro de 1969. Em seu governo houve o auge da repressão, com o silenciamento da oposição legal, o desbaratamento das guerrilhas e a euforia vivida pela ocorrência do “milagre econômico”¹⁸. Ainda, para neutralizar a população o governo utilizava uma campanha de propaganda intensa, o que acarretava na não percepção da ditadura com o que ela de fato era, um regime de exceção, que feria os direitos e liberdades da sociedade. Dessa maneira, a situação econômica e a intensa propaganda oficial acabaram por ampliar a aceitação do regime militar durante o período do milagre.

A propaganda veiculada pelo governo foi beneficiada com o aumento de televisores nos lares brasileiros. O apoio da Rede Globo, maior beneficiária entre os veículos de comunicação pelo regime militar, foi crucial:

A mais famosa beneficiária do favoritismo do governo foram as Organizações Globo, o conglomerado de mídia e editora que entrou na área da TV em 1965 e inicialmente obteve ajuda técnica e financeira do grupo Time-Life para se desenvolver. A corporação logo se desfez desse vínculo e emergiu por si mesma como a mais agressiva e profissional rede de TV. Sua expansão foi abertamente favorecida pelos governos militares, que lhe garantiram as melhores localizações e facilitaram a importação do equipamento mais atualizado. Em troca, a TV Globo seguia uma política de programação estritamente pró-governo, um poderoso trunfo para os generais, uma vez que o telejornal noturno da TV Globo alcançava 80% da audiência, além de suas taxas de audiência no geral superarem de longe a soma das taxas de todas as outras redes. (SKIDMORE, 2000, p. 241)

O último grande foco de resistência das guerrilhas ocorreu na Bacia do Araguaia, no estado do Pará, onde um grupo de guerrilheiros treinados infiltraram-se no local e ganharam a simpatia da população. Resistindo bravamente as incursões do Exército, o grupo só foi dizimado anos depois quando um corpo de elite de 10 mil soldados capturou e assassinou os militantes.

Ainda sobre o Araguaia:

Restou um foco de guerrilha rural que o PC do B começou a instalar em uma região banhada pelo Rio Araguaia, próxima a Marabá, situada no leste do Pará – o chamado Bico do Papagaio. Nos anos 1970 – 1971, os guerrilheiros em número aproximado de setenta pessoas estabeleceram ligações com os camponeses, ensinando-lhes métodos de cultivo e cuidados com a saúde. O Exército descobriu o foco em

¹⁸ O milagre econômico ocorreu entre 1969 a 1973, durante o governo do general Médici e combinava um extraordinário crescimento econômico com uma inflação relativamente baixa.

1972, mas não se revelou tão apto na repressão como fora com a guerrilha urbana. Foi só em 1975, após transformar a região em zona de segurança nacional, que as forças do Exército conseguiram liquidar ou prender o grupo do PC do B. Tudo isso não chegou ao conhecimento do grande público, pois a divulgação do assunto era proibida. Quando muito, corriam boatos desencontrados sobre a guerrilha do Araguaia. (FAUSTO, 2003, p. 483-484)

Todos os grupos que optaram pela luta armada, cedo ou tarde acabaram esfacelados pelos militares, resultando na prisão, tortura, morte, “desaparecimento” e banimento de centenas de militantes envolvidos. Na verdade, dada a falta de preparo da maioria dos jovens envolvidos, bem como a diferença de recursos disponíveis, revelam que a esquerda armada jamais constituiu ameaça política significativa ao regime, mas seus ataques deram argumentos aos militares linha-dura, fortalecendo a opinião dos que defendiam uma maior repressão. (SKIDMORE, 1989, p. 249)

Em 1973 o general Ernesto Geisel toma posse, prometendo o início de uma distensão¹⁹ política, verdadeira liberalização do regime com uma abertura “lenta, gradual e restrita”. Durante todo o seu governo Geisel sofreu fortes pressões dos militares da linha-dura, que não concordavam com a retomada da democracia, pois ainda acreditavam na ameaça comunista e na existência de subversivos em meio a nação.

Mesmo não fazendo parte de grupos de esquerda, sindicatos ou associações, simples suspeitas poderiam levar qualquer cidadão a ser alvo de torturas por parte dos militares, que ainda acreditavam na existência de inimigos internos.

Com a repressão indiscriminada por parte do regime, a elite passa a ter o mesmo tratamento que as demais parcelas da população. Nesse primeiro momento o medo cala. No entanto, lentamente a sociedade passa a reagir às barbaridades cometidas pelo regime, retirando, mesmo que gradualmente, o apoio dado ao golpe.

2.3 O MOVIMENTO PELA ANISTIA

Apesar da repressão, uma nova conjuntura nacional começa a se caracterizar com o crescimento das lutas populares e o isolamento político do regime, ao mesmo tempo em que se agrava a situação econômica. O cenário político favorável começa a se delinear com a promessa de distensão por parte do general Geisel e com as vitórias do MDB nas eleições de

¹⁹ A estratégia da distensão foi formulada pelo general Golbery. Quanto as razões de Geisel e Golbery para promoverem a abertura provavelmente dizem respeito ao desgaste enfrentado pelo governo e os reflexos negativos da Ditadura Militar nas forças armadas.

1974, que apesar de configurarem uma oposição consentida, mostram a rearticulação política da sociedade.

A morte do jornalista Vladimir Herzog²⁰ em outubro de 1975 causa verdadeira comoção social. Em janeiro do ano seguinte, a morte do operário Manoel Fiel Filho²¹ dá continuidade à indignação. As torturas e outras violações aos direitos humanos passam a ser veiculadas pela imprensa. As mortes de Herzog e Fiel Filho representam um estopim, disseminando no imaginário popular o repúdio pelas arbitrariedades cometidas e o sentimento abertamente hostil quanto aos métodos utilizados pelos repressores. Amplos setores da sociedade passam a se manifestar, o que acaba tendo impactos sem precedentes nos rumos do regime, pois a campanha que se inicia em prol da anistia dá sustentação às reivindicações relativas à redemocratização do país.

Impende ressaltar que a luta pela anistia é anterior ao movimento deflagrado na década de 70, mas foi nesta última que se passou a ter um movimento efetivamente organizado.

Logo após a deflagração do golpe, o escritor Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde e o jornalista Carlos Heitor Cony defendiam a anistia veementemente.

Dentro do próprio Superior Tribunal Militar - STM²², surgiam vozes em prol da anistia. Um exemplo é o General Pery Constant Bevilacqua, que se manifestava favorável ao instituto, citando célebre frase do Duque de Caxias, que também era a favor da Anistia. Outro o do próprio general Olímpio Mourão Filho²³, futuro ministro do STM, que também se manifestava a favor.

Nesse primeiro momento, a idéia de Anistia surge como forma de conciliação nacional. Sobre o assunto, em apresentação do livro *Liberdade para os Brasileiros, Anistia Ontem e Hoje*, de Roberto Ribeiro Martins, Hélio Silva relembra aos leitores a tradição brasileira da pacificação da sociedade e da família através do ato de anistia. (SILVA, 1978, p. 12)

²⁰ Vladimir Herzog era diretor do Canal Cultura de São Paulo, lecionara na USP e fora correspondente da BBC, sendo conhecido por seus muitos contatos no exterior. Herzog se apresentou voluntariamente quando soube que estava sendo procurado pelo Segundo Exército. No dia seguinte, informou-se que Herzog havia cometido suicídio depois de ter confessado ser membro do Partido Comunista.

²¹ Manoel Fiel Filho fazia parte do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.

²² Dizia-se que o STM era mais liberal do que a justiça civil. Quando do governo do general Médici, alguns generais mais liberais foram nomeados ministros do STM, justamente para afastá-los dos comandos ativos. (SKIDMORE, 1989, p. 262)

²³ Olímpio Mourão Filho foi um dos generais que deflagrou o golpe de 1964.

Em meados de 1966 a 1967, forma-se a Frente Ampla, composta por lideranças como Carlos Lacerda, Juscelino e João Goulart que exige a redemocratização e a realização de eleições diretas e livres, além de também pregar a concessão da anistia. A respeito de suas reivindicações:

Desde fins de 66 que se articula um movimento que procura unir setores de oposição até elementos provenientes do golpe de 64. A Frente Ampla procura apresentar uma alternativa civil para o regime, através da aglutinação das principais lideranças dos antigos partidos: Juscelino Kubitschek, pelo PSD e João Goulart, pelo PTB, ambos já cassados, e Carlos Lacerda (que então já caracterizava o regime como antidemocrático e neofascista), pela UDN. A Frente defende em seu programa “Anistia Geral para que se dissipe a atmosfera de guerra civil que existe no país” e critica a “idéia de revisão dos atos de suspensão de direitos políticos”. Depois de “incomodar” o governo e “irritar” os seus elementos mais radicais, a Frente é fechada em abril de 68 e, com o AI-5, Lacerda é cassado. (MARTINS, 1978, p. 124)

A Constituição de 1967 muda a competência para concessão da anistia, cabendo exclusivamente ao Presidente a iniciativa, sendo ouvido o Conselho de Segurança Nacional, mantendo a competência de aprovação do Congresso Nacional.

A partir de 1968, com a volta das manifestações estudantis, ocorre, em março, a morte de Edson Luís em passeata que protestava contra o fechamento de restaurante estudantil. As manifestações passam a ocorrer no Brasil todo, e a Passeata dos 100 mil reúne diferentes setores da sociedade em prol de reivindicações.

Aproveitando-se de uma brecha legal, o primeiro projeto concedendo anistia é apresentado pelo deputado Paulo Macarini²⁴, e visava conceder o instituto a todos os envolvidos em atos relacionados com as manifestações populares a partir da morte de Edson Luís. A votação do projeto, apesar de ameaçada pelo governo, aconteceu em agosto do mesmo ano e a medida, não surpreendentemente, foi rejeitada dada a forte pressão militar:

Preocupada com a questão, a liderança do governo na Câmara buscou traçar normas de ação para impedir o que o noticiário da época classificou como possível “surto de anistia”. Afinal, embora rejeitado por 198 votos, o projeto de Macarini obteve mais de 140 votos favoráveis, com pelo menos 35 deles saídos da própria bancada do governo. Além disso, em agosto de 1968 tramitavam, na Câmara Federal, outros dez projetos de anistia, todos de iniciativa da oposição. (MEZAROBBA, 2007, p. 34)

²⁴ Paulo Macarini fazia parte do MDB-SC e foi cassado pelo AI-5.

A repressão por parte do regime se torna mais dura. Intimidações, perseguições, prisões e torturas tornam-se lugar comum na sociedade brasileira. A instituição do AI-5 e os anos de repressão mais violenta do governo Médici acentuam a necessidade da anistia, embora não possa ser abertamente reivindicada. Dada essa impossibilidade, passa-se a reivindicar o respeito aos direitos humanos como um todo, com o fim das arbitrariedades, torturas, prisões, seqüestros e desaparecimentos.

No programa partidário do MDB, elaborado em 1972, reclama-se a anistia. Outros projetos beneficiando com a anistia os envolvidos na oposição ao regime são apresentados, mas rejeitados, na Câmara Federal. Destaca-se os projetos de Florim Coutinho (MDB-RJ), apresentados em 1975 e 1977, para a concessão da anistia aos banidos e posteriormente, para os cidadãos envolvidos em delitos de natureza política. Também em 1974 a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB aprova moção de apoio a anistia aos presos políticos em sua V Conferência Nacional.

Marco nas mudanças que ocorrem na situação política do país, as eleições de 1974 impõem ao governo flagrante derrota. Entre as bandeiras mais levantadas nas plataformas eleitorais dos candidatos do MDB eram a retomada dos direitos civis e políticos, a anistia, a defesa dos direitos humanos e a retomada da democracia.

As torturas, prisões arbitrárias e os desaparecimentos continuam a acontecer, mas o clima de medo já não cala mais, fazendo crescer a oposição ao regime. Começam os primeiros gestos de resistência, principalmente pelas mulheres, mães e filhas, pioneiras na luta pela anistia:

Tais gestos, de acordo com Danyelle Nilin Gonçalves consistiam em ir às prisões, arrecadar dinheiro aos que precisavam; visita aos presos doentes e aos que não tinham parentes próximos e trazer notícias aos presos. (GONÇALVES, 2009, p. 273)

Em 1975 ocorre passo decisivo na luta pela anistia. Surge o Movimento Feminino pela Anistia - FMPA de São Paulo, sob a liderança da advogada Terezinha Godoy Zerbini²⁵, que entrega um abaixo-assinado contendo 20 mil assinaturas de mulheres de todo o país em Conferência da ONU no México. Terezinha Zerbini também fica famosa quando entrega carta a primeira-dama dos Estados Unidos Rosalynn Cartes durante visita ao Brasil, saudando o país pela concessão de anistia aos resistentes de guerra. (MEZAROBBA, 2007, p. 26).

Dentro da lógica da conciliação, o movimento feminino propunha a anistia como perdão e esquecimento. Essa visão inicial da anistia, só lhe trouxe benefícios, já que

²⁵ Esposa do general Euriale Zerbini, cassado em 1964.

O Movimento Feminino pela Anistia, no seu primeiro momento, numa conjuntura de grande repressão aos movimentos sociais pelas políticas, por defender a anistia como perdão, conciliação e paz, não parecia tão ameaçador à ditadura.

[...]

Foi essa concepção machista que levou os militares a não reprimir os jornais feministas ou pelo menos não fazê-lo da mesma forma que faziam com a imprensa alternativa dirigida por homens. (LEITE, 2009, p. 115)

Nesse contexto, é criado o jornal Brasil Mulher, defendendo os direitos humanos e anistia, que recebe o apoio de escritores, intelectuais e entidades de destaque, recebendo manifestações de solidariedade por parte da Associação Brasileira da Imprensa – ABI.

A luta pela anistia ganha adeptos no exterior, principalmente por parte dos exilados. Comitês pró-anistia no Brasil formam-se em diversos países, que protestam contra a falta de respeito aos direitos humanos no Brasil, exigindo a anistia e o fim das torturas.

Com o crescimento da oposição, a luta pela Anistia toma as ruas, levada pelos estudantes, que apesar de se manifestarem a favor da anistia desde 1975, passam a partir de 1977, a se manifestar publicamente. Surgem comitês de proteção aos Direitos Humanos, setores mais progressistas da Igreja Católica se envolvem na luta e os metalúrgicos do ABC paulista aderem a campanha pela anistia.

Em 1978 são criados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), formado por advogados, familiares e amigos de presos e exilados políticos dispostos a lutar pela causa de uma forma a implementar políticas mínimas de ação e ir além do perdão e do esquecimento.

Apesar da negativa por parte dos militares, multiplicaram-se os comitês brasileiros pela anistia estimulados pelos familiares de presos e desaparecidos políticos, dos exilados e pelas organizações populares que passam a se mobilizar em nome da anistia ampla, geral e irrestrita. Os comitês reuniam também advogados, membros da Igreja Católica, estudantes, dirigentes sindicais e representantes de associações de bairro.

A mobilização popular conta agora com o apoio não só das vítimas, familiares e amigos, mas também com a Igreja, a OAB, a SBPC, a ABI, estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores que passaram a assumir a luta como sua, como um necessário passo para a redemocratização do país.

Sobre a mudança de perspectiva acontecida dentro da Igreja, fazendo-a tornar-se o principal foco de oposição legal tem-se que:

Dentro da Igreja Católica, no espírito da teologia da libertação, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A Igreja começou a mudar sua atitude a partir da Segunda Conferência dos Bispos Latino-Americanos, de 1968, em Medellín. Em 1970, o próprio Papa denunciou a tortura no Brasil. A hierarquia católica moveu-se com firmeza na direção da defesa dos direitos humanos e da oposição ao regime militar. Seu órgão máximo de decisão era a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A reação do governo levou a prisões e mesmo assassinato de padres. Mas a igreja como um todo era poderosa demais para ser intimidada, como o foram os partidos políticos e sindicatos. Ela se tornou um baluarte da luta contra a ditadura. (CARVALHO, 2004, p. 183)

Assim, apesar do apoio inicial ao golpe, a Igreja Católica começa a se sentir incomodada com os sucessivos episódios de desrespeito aos Direitos Humanos, além de passar “[...] por profundas transformações e começar a enfrentar dificuldades crescentes em suas relações com o Estado, tornando-se também vítima dos atos repressivos [...]”. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986 p. 63)

O Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, encaminha ao regime militar um pedido de ampla e generosa anistia para os presos políticos, sinalizando posição oficial adotada pela Igreja Católica em prol da Anistia.

Os advogados, apesar de timidamente atuantes em alguns casos envolvendo opositores ao regime, começam a se manifestar publicamente pela anistia.

Sob a presidência de Raimundo Faoro, a OAB tornara-se altamente agressiva na disseminação de sua mensagem, revivendo seu ativismo do início da década de 70. Mesmo assim, os líderes pró-liberalização de dentro do governo pediam mais pressão pública para ficar bem claro por que as mudanças "tinham" que ser realizadas. Foi o caso, por exemplo, do ministro da Justiça Petrônio Portella, que pediu a Faoro que intensificasse a publicidade em favor da anistia. Faoro concordou, a OAB redobrou seus esforços e as reformas foram feitas para facilitar mais adiante a concessão da importante medida. (SKIDMORE, 1988, p. 391)

A Associação Brasileira de Imprensa - ABI, apesar do interesse corporativo, pois apenas sem censura e com a liberdade de imprensa os jornalista podem atuar com plenitude, passa a também atuar em prol da causa da Anistia, através de notícias e manifestações públicas de apoio.

Por sua vez, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC também apóia o movimento, já que muitas das mentes mais brilhantes do país foram obrigadas a se exilar. Havia que se considerar também o prejuízo da sociedade como um todo causado pela

perseguição do regime a cientistas, intelectuais, professores e o fechamento de universidades e aposentadorias precoces.

Artistas e intelectuais, apesar de menos organizados, também se engajam na luta pela anistia e redemocratização do país.

Também mudando sua postura outrora em conformidade com o regime, empresários passam a se fazer ouvir em prol da liberalização da economia, com uma conseqüente redução do papel do Estado na economia brasileira, tornando-se mais um ator na causa da anistia.

Sobre a movimentação

Os entusiastas da anistia apareciam onde quer que houvesse uma multidão. Nos campos de futebol suas bandeiras com a inscrição Anistia ampla, geral e irrestrita eram desfraldadas onde as câmaras de TV pudessem focalizá-las. Esposas, mães, filhas e irmãs se destacavam de modo especial pelo seu ativismo, o que tornava mais difícil o descrédito do movimento por parte da linha dura militar. O Cardeal Arns chamou mais tarde a luta pela anistia "a nossa maior batalha". (SKIDMORE, 1988, p. 423)

O movimento se espalhou pelas principais cidades do país. A atuação de diferentes atores em diferentes cenários em prol da mesma causa potencializa a luta da sociedade, nascendo em 1978 o movimento nacional pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, tornando-se palavra de ordem nacional e unindo diferentes ideologias e convicções.

Em outubro de 1978, o general Geisel revoga o AI-5, o que é considerado uma vitória para uma futura redemocratização do país e um passo fundamental para o fim da repressão. O abrandamento da censura abre caminho para a informação da sociedade, que passa a ter acesso as denúncias e críticas, que generalizam-se.

As eleições de 1978 representam mais uma derrota para os militares. No mesmo ano acontece o I Congresso de Anistia. Em dezembro de 1978 o governo revoga decreto de banimento de mais de 120 exilados²⁶.

Panfletagens, debates em salões paroquiais, mesas-redondas, peças teatrais, passeatas com palavras de ordem e cartazes espalhados pela cidade. A luta ganha a adesão das massas. Sindicatos, associações de bairro, organizações estudantis, entidades profissionais, mães, mulheres e filhos mostravam através de marchas, comícios, cartazes, faixas, adesivos e panfletos a adesão popular ao movimento.

Sobre a reivindicação da sociedade, Martins:

²⁶ Ficaram excluídas do decreto pessoas consideradas indesejáveis, como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes e Francisco Julião.

Transformada numa exigência nacional, a anistia não é uma reivindicação apenas dos que foram atingidos pelos atos de exceção, nem uma bandeira de luta de pequenos grupos. A cada dia é maior o número de entidades e personalidades que se incorporam na sua reivindicação. Mesmo no partido do governo muitas vezes tem surgido a apoiá-la, levando o debate para dentro das hostes dos que respaldaram os atos de exceção. A maioria esmagadora do povo brasileiro reclama hoje a anistia. (MARTINS, 1978, p. 171)

Passeatas e greves gerais são organizadas pelos metalúrgicos de SP. Os presos políticos rompem seu silêncio e passam a ser ouvidos e terem suas idéias veiculadas na imprensa.

Sucessor escolhido por Geisel, o general João Batista Figueiredo assume o poder em 1979, prometendo redemocratizar o país. Não obstante suas promessas e a luta empreendida pela sociedade, os militares se recusam a tratar o tema da anistia, sinalizando na imprensa censurada apenas que admitiriam, no máximo, revisões caso a caso.

Foi apenas em 1979 quando a conjuntura econômica, política e social não era mais favorável a ditadura que os militares são forçados a começarem os diálogos com os setores da sociedade para a aprovação de uma lei de anistia no espírito de uma transição “lenta, gradual e segura”.

O debate agora gira em torno da amplitude da futura lei de Anistia, que passa a ser considerada de vital importância para o abandono do regime autoritário e o retorno de milhares de exilados políticos ao país, impulsionando a discussão sobre a abertura do regime e popularizando a figura de Figueiredo.

Atendendo ao clamor público, Figueiredo e o chefe de seu gabinete civil, o general Golbery criam o projeto do governo para a concessão da Anistia. Sobre sua apresentação no Congresso:

No dia 27 de junho de 1979 cerca de 300 pessoas assistiram, no salão leste do Palácio do Planalto, o presidente João Baptista Figueiredo assinar o projeto de anistia que logo em seguida enviaria ao Congresso Nacional, mas que naquela manhã já estampava as páginas de O Globo, em um furo de reportagem. De acordo com jornais e revistas da época, Figueiredo estava exultante e chegou a chorar. Ao abraçar o irmão, o teatrólogo Guilherme Figueiredo, declarou: “eu não disse que fazia? Eu não disse que fazia? E vou fazer mais!”. Referia-se a um indulto posterior, que deveria beneficiar os que ficariam de fora da Lei da Anistia, ou seja, os condenados pela prática de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. (MEZAROBBA, 2007, p. 37)

A sociedade civil organiza-se na tentativa de se fazer ouvir e contribuir com modificações e melhorias, o que é fortemente desencorajado por parte do governo.

No intento de uma maior proximidade com as aspirações populares que deram origem a campanha pela anistia, o presidente da Comissão Mista do Congresso que debatia a lei, o senador Teotônio Vilela (MDB-AL) percorre o país visitando presos políticos, emocionando-se e engajando-se ainda mais ferrenhamente na luta pela anistia. Em uma de suas visitas, interpelado por um jornalista, Teotônio passa a ser conhecido nacionalmente por suas palavras:

Ao sair do presídio do Barro Branco, em São Paulo, Teotônio Vilela foi abordado por uma jornalista da Rede Globo, que perguntou sobre os terroristas. Teotônio foi direto: — "Não encontrei nenhum terrorista. Encontrei jovens idealistas que entregaram a vida pela liberdade no Brasil. Convidaria todos para se hospedar em minha casa, convite que não faço a muitos ministros do atual Governo" (VIANA; CIPRIANO, 1992, p. 25)

Presos políticos fazem greve de fome, demonstrando descontentamento com o projeto apresentado pelo governo. Durante toda a tramitação do projeto de lei os militantes do movimento, incansáveis em sua luta, jamais deixaram de requerer às mudanças que achavam necessárias para a obtenção de uma efetiva lei de anistia ampla, geral e irrestrita, criticando o projeto do governo e sugerindo pontos de aprimoramento.

Alguns deputados oposicionistas propuseram mudanças como a previsão do pagamento de pensões mensais, sindicâncias para apurar casos de desaparecimento e inquéritos policiais para investigar os sumiços, mas que invariavelmente acabaram rejeitadas, pois em desconformidade com a vontade dos militares.

Em 28 de agosto de 1978 a Lei 6.683/78, em votação apertada²⁷, é aprovada no Brasil.

3 ANISTIA E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

3.1 ANISTIA DESFIGURADA

²⁷ A Emenda que propunha alterações no texto original foi rejeitada, fazendo com que o projeto de lei do governo recebesse 206 votos a favor e 201 contra.

Como pode-se observar, a lei da anistia foi fruto de um contexto histórico favorável, numa situação de amadurecimento e de um processo de rearticulação da sociedade. Aclamada pelas massas e imposta ao regime, que já não pode mais se imiscuir da questão, a Campanha pela Anistia demonstra a capacidade de mobilização e solidariedade da sociedade brasileira em prol dos direitos humanos, agregando, trazendo o povo às ruas, configurando verdadeira palavra de ordem que uniu diferentes classes sociais e diferentes ideologias.

O mote da campanha, a “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, tinha como objetivo abranger entre os beneficiados de uma futura lei todas as vítimas do período de exceção, sem restrições e reintegrando-os plenamente as suas funções. Sua importância tinha ainda a ver com o desejo de incluir dentro de seu escopo os militantes que cumpriam pena por terem cometido crimes de sangue quando da colocação em prática direito de resistência ao regime ilegítimo imposto pelos militares.

Ambiciosa, a campanha ainda exigia a punição dos torturados, esbarrando no medo já arraigado dos militares de algum dia serem punidos pelos atos cometidos durante o regime. A respeito, excetuando-se o período imediatamente posterior ao golpe, a participação direta dos militares no interrogatório dos presos políticos passa a acontecer a partir de 1968 com a criação da OBAN, posteriormente sucedida pelo DOI-CODI, que combinava forças policiais com oficiais de segurança militares. A Oban, além do apoio governamental, recebia também apoio financeiro de conhecidos empresários e firmas multinacionais, além de conhecidas figuras políticas, que mais tarde juntaram-se ao coro pela anistia bilateral.

Firmas brasileiras também foram pressionadas a contribuir com dinheiro, carros, caminhões e outras formas de ajuda em espécie [...]. Alguns empresários aderiam com entusiasmo, outros somente sob coação. Certos comerciantes, por exemplo, com filhos na cadeia, sofriam intimidação para contribuir. O governador Abreu Sodré ajudou a levantar fundos privados para a entidade, também apoiada pelo prefeito Paulo Maluf que considerava a OBAN um importante projeto cívico. (SKIDMORE, 1989, p. 254)

O medo dos militares era justificável, uma vez que apesar de agirem de acordo a uma defesa da segurança nacional acima dos direitos humanos, a maioria dos torturadores sabia-se errada, usando capuzes e máscaras para não serem identificados no futuro. Quando da instituição do terror por parte do estado, os militares passaram a sofrer com severa crítica estrangeira, pois em sua luta contra o comunismo, as forças armadas do país traíram seu compromisso maior, que era com a democracia e com o império da lei. Endossando ainda o

medo das forças armadas, o fato de que no início da década de 70, todos os oficiais superiores haviam exercido comandos onde se praticava a tortura:

Mas houve um fato que ameaçou a função dos torturadores: a escassez de suspeitos plausíveis. Com a liquidação da guerrilha urbana no início de 1972, o DOI-CODI saiu à procura de novos inimigos. Ante o seu pequeno número, os homens da segurança, no seu fanatismo, alegavam que a inatividade dos subversivos era apenas aparente. E se gabavam de que fora por causa de sua vigilância que o Brasil estava agora livre de assaltos a bancos e de sequestros. Finalmente, a tortura sob o comando do Exército tornou-se tão disseminada e institucionalizada que nenhuma alta patente podia afirmar não se ter envolvido com ela. Virtualmente todos exerceram um comando onde os torturadores operavam. Como "resultado, os generais e os coronéis ficaram implicados, mesmo que indiretamente. (SKIDMORE, 1989, p. 260 – 261)

Com efeito, a irrefreável pressão da sociedade e o objetivo do início da distensão política aliado com o medo de punição por parte das forças armadas, fez com que os militares assumissem a necessidade de criação da lei, manipulando o processo para que a lei aprovada fosse a que lhes conviesse. Destarte, isso só foi possível porque malgrado a crescente oposição, a presença dos militares e seus apoiadores ainda era significativa, forte o suficiente para impor uma anistia que não lhes trouxesse repercussões negativas no futuro.

Por isso empreenderam esforços no sentido de impedir uma discussão livre e popular sobre a lei, que não foi negociada com quem de fato deveria ser. O acordo obtido ocorre entre os próprios militares, contando com a participação ativa da elite que deu apoio ao golpe e a repressão que se seguiu.

Dentro dessa lógica, quando do envio do projeto de lei por parte de Figueiredo, o governo já tinha ciência de suas limitações e não escondia o seu caráter restrito. Os militares sustentavam que as restrições se deviam ao fato de que o governo não podia reconhecer o terrorismo como instrumento de resistência. Para eles, os crimes de sangue cometidos pelos opositores ao regime não foram contra o estado, mas sim contra a humanidade e não poderiam ser contemplados pela lei por não serem crimes estritamente políticos.

O projeto do governo foi recebido com inúmeras críticas, pois segundo os militantes do movimento pela anistia, era repleto de contradições, discriminações e deficiências. Era parcial, não libertava os presos políticos e ainda descriminava os que haviam sido formalmente condenados e cumpriam pena dos que haviam se exilado para não responderem aos seus “crimes”, desrespeitando o princípio da igualdade.

No movimentação que se seguiu a apresentação do projeto, várias figuras políticas de renome e setores demonstraram seu descontentamento. Defendia-se que à sociedade cabia fixar os parâmetros e precisar o alcance da lei. Corroborando a necessidade de mudança do projeto, foram apresentadas 305 emendas de 134 parlamentares, sendo que destes, 49 parlamentares faziam parte da bancada do governo.

Todas as tentativas de sugestões e/ou emendas foram classificadas como impertinentes, inconvenientes, impossíveis de serem acrescidas e sumamente rejeitadas. Uma emenda de autoria do MDB, assinada por Ulysses Guimarães, Freitas Nobre e Paulo Brossard concedia a anistia ampla, geral e irrestrita tão reivindicada pela sociedade. No entanto, o governo mobiliza suas lideranças para evitar dissidência da bancada na votação da emenda, que acabou sendo rejeitada por 205 votos contra, e 201 a favor, acarretando na aprovação do projeto de lei dos militares.

Portanto, não obstante o início de seu crepúsculo, o regime consegue aprovar uma Lei de Anistia muito restrita, que obedece a um suposto caráter conciliatório, com o fim maior de trazer paz e perdão para a sociedade brasileira. E assim a anistia veio,

desfigurada, imperfeita, inconclusa, mutilada pelos vetos, distante da anistia ampla, geral e irrestrita que a sociedade demandou nas ruas. Foi aprovada [...] a Lei de Anistia imposta pela ditadura a um parlamento submetido por medidas de força, sem pactos, sem acordos. (BRASIL; Anistia 30 anos)

O medo maior dos militares foi resolvido com a inclusão dos chamados crimes conexos, pois apesar de negarem veementemente a ocorrência de torturas em seus quartéis, a tortura era verdadeira política de Estado, tornando-se prática recorrente, mas sempre negada. Acerca do medo dos militares, oportuna a fala de Skidmore

A questão de uma possível ação contra os torturadores foi de fato resolvida pela inclusão na lei de anistia de uma definição que incluía os praticantes tanto de “crimes políticos” quanto de “crimes conexos”, este último eufemismo em geral entendido como um artifício para dar cobertura aos torturadores. Foi uma transação política. Os líderes da oposição sabiam que só podiam passar a um regime aberto com a cooperação dos militares. Poderia haver futuras tentativas de reabrir a questão, especialmente por parte daqueles mais próximos das vítimas da tortura. Mas por enquanto os políticos brasileiros receberam uma lição, para o melhor ou para o pior, sobre a arte da “conciliação”. (SKIDMORE, 1989, p. 426)

A inclusão dos crimes conexos também preocupa os militantes em prol da anistia, pois antevia-se possível desdobramento na interpretação dada ao termo, que poderia acoberta os crimes cometidos pelos militares:

A anistia concedida pela Lei 6.683 aos crimes conexos, aprovada pelo voto das lideranças dentro de um parlamento sob os limites da tortura, foi imediatamente interpretada como uma anistia de dupla mão, anistiando as vítimas e ao mesmo tempo seus carrascos. A interpretação de quais são os crimes conexos aos crimes políticos anistiados distorceu o entendimento a ponto de interpretar a tortura como um crime conexo ao crime político. Uniu em um mesmo laço o crime político e um crime imprescritível, a tortura. (ARANTES, 2009, p. 99)

Apesar de tratar-se de uma conquista, a anistia aprovada não era ampla nem geral, pois não englobava todos os punidos pelo regime, muito menos irrestrita, pois o retorno as antigas atividades dependia de aprovação. Sobre suas limitações, tem-se que

A Anistia – “limitada, restrita e recíproca” – correspondia antes aos ideais da descompressão “lenta, segura e gradual” do regime militar. Além de não ser “ampla, geral e irrestrita”, ela contrariava ainda as reivindicações de apuração das responsabilidades pelas torturas, mortes e “desaparecimentos” realizados pelo regime e da inclusão de todos os punidos, mesmo os envolvidos em luta armada e “crimes de sangue”, uma vez que estes eram também imbuídos de motivação política. (DEL PORTO, 2009, p. 66)

A exclusão dos crimes de sangue manteve muitos presos políticos em confinamento mesmo quando depois da promulgação da lei. Ao fim do processo, mesmo depois de toda a luta empreendida, o projeto aprovado tinha cunho diverso ao pretendido pela campanha nacional pela anistia. A indignação sentida e compartilhada pelos militantes da época pode ser demonstrada pelas palavras de Rossi, que desabafa

Nesse processo da Anistia é curioso observar que os que foram roubados em seus mais elementares direitos e punidos por exigir o retorno dos seus direitos é que tiveram de pedir anistia e não os reais criminosos, os militares golpistas e assassinos. Como se pode entender isso? Um grupo, com o poder das armas, violenta e trai toda uma nação, prende, tortura, e mata e ainda deve dar perdão? (ROSSI, 2009, p. 128)

A aprovação da lei também contou com fortes críticas e objeções por parte dos militares da linha dura, que davam claros sinais de resistência e descontentamento com a flexibilização do regime, chegando até mesmo a ameaçar o andamento da distensão política

com alguns atentados isolados. Em contrapartida a explosão reacionária, o general Figueiredo e a redemocratização passam a contar com o apoio insuspeito dos jovens oficiais das forças armadas:

Uma nova geração de oficiais do exército havia emergido, graduando-se na academia militar desde 1964. Não mais necessariamente ativistas anti-Getúlio ou mesmo anti-Jango, estavam agora preocupados com a imagem de sua profissão entre seus compatriotas. As histórias chocantes de torturas atingiam agora todo o exército. Alguns oficiais chegaram a parar de usar seus uniformes em público por medo do ridículo. Eles viam a linha dura como tendo maculado sua profissão. Tampouco eram estes oficiais suscetíveis à psicologia do “perigo vermelho” como foram seus predecessores. A linha dura estava perdendo apoio onde ele mais contava – nas fileiras dos oficiais do exército. (SKIDMORE, 2000, p. 259-260)

Apesar das oposições enfrentadas e das incongruências verificadas, a lei representou passo significativo na superação do autoritarismo e repressão do regime, permitindo a volta dos cassados, banidos, foragidos, exilados e clandestinos.

Cumpre ressaltar que a campanha nacional pela anistia caracterizou-se por em verdadeiro esforço da sociedade civil organizada, cujo resultado foi obtido em agosto de 1979 com a promulgação da lei da anistia. A campanha refletiu a vontade popular, obrigando o regime a dar vazão ao clamor popular, dando caráter único a campanha pela anistia no Brasil, pois

[...] enquanto em países como a Argentina e Chile a anistia foi uma imposição do regime contra a sociedade, ou seja, uma explícita auto-anistia do regime; no Brasil a anistia foi amplamente reivindicada socialmente, pois se referia originalmente aos presos políticos, tendo sido objeto de manifestações históricas que até hoje são lembradas. (ABRÃO; TORELLY, 2010, p. 32)

A lei foi conquista do povo, foi o resultado de luta e mobilização intensa, e não dádiva ou benesse militar. Significou o início da saída, ainda que controlada, dos militares do poder. Também significou a reintegração de milhares de militantes na política do país e configurou importante instrumento de luta para a conquista de novos direitos, pois teve desdobramentos posteriores, repercutindo no desenrolar dos acontecimentos.

A anistia do governo não atendeu às pessoas que foram condenadas por terrorismo, assalto ou seqüestro e àquelas que cometeram os chamados “crimes de sangue” e que somente foram libertadas sob condicional ou mediante cumprimento integral da pena. Por outro lado, a lei teve o propósito político de favorecer militares e demais agentes públicos embora este propósito não estivesse explícito na lei.

De toda forma, preponderou historicamente a idéia de que os agentes da repressão também estavam anistiados, incluindo os responsáveis pelas práticas de tortura, tornando amplíssima e deformada a bandeira popular. Apesar disso, revelou-se um marco importante de abertura política do país, permitindo a volta de clandestinos e exilados à cena pública, o ressurgimento de organizações políticas e a atuação política pública dos trabalhadores, intelectuais e estudantes. (ABRÃO et al, 2010, p. 63)

Considerada como o ato fundante do processo de transição política no Brasil, a Lei de Anistia abre caminho para as eleições diretas de 1985, quando o regime de exceção é abandonado e o Estado Democrático de Direito é restabelecido.

Com a retomada da democracia, o desafio brasileiro passa a ser o da correta transição democrática, colocando em prática mecanismos que auxiliem essa transição e que tratem adequadamente o legado histórico de violência deixado pelo regime militar. É assim, portanto, que a Justiça de Transição insere-se no cenário nacional, uma vez que seu maior objetivo é a construção de uma paz sustentável em Estados que, como o Brasil, sofreram com regimes de exceção. Para o alcance dessa paz sustentável e para uma efetiva transição para uma democracia, deve-se respeitar os chamados pilares da Justiça de Transição, quais seja, verdade, memória, justiça, reparação e reforma das instituições. O processamento dos criminosos, a revelação da verdade, o fornecimento de reparações às vítimas, a reforma de instituições e da promoção da reconciliação entre os envolvidos nos conflitos, são essenciais para que um estado antes autoritário atinja concretamente o ideal de um estado de regime democrático e de direito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em períodos de transição democrática, costuma-se adotar certas medidas, que conferem legitimidade ao processo de transição democrática. Nesse sentido os Estados devem apurar a verdade dos fatos, estabelecer processos penais para o julgamento e a punição dos envolvidos, reconhecer oficialmente o período de repressão ocorrido e, na medida do possível, instituir medidas que promovam a verdade e a reconciliação, normalmente através de comissões de anistia e da verdade.

Isso porque o Estado não deve promover simplesmente o esquecimento. A transição pacífica não pode ocorrer em detrimento da cidadania, da transição democrática legítima, do respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, faz-se necessária a apuração da

verdade dos fatos, indenização das vítimas e familiares e a punição dos autores dos crimes no período de exceção, visando garantir uma transição democrática segura e genuína, de acordo com a nova ordem legal instituída.

Leis de anistia apelam para o esquecimento e para o fato de que a curto e médio prazo não refletem negativamente dentro do escopo político-social de um povo. A longo prazo, no entanto, as leis de auto-anistia trazem as mais abjetas consequências, pois leis de anistia não curam feridas e não garantem o estabelecimento de uma democracia permanente, justa e legítima. Configuram um auto-perdão, o que reforça o falseamento da história e das versões parciais, da persistência de valores autoritários, de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, da participação social criminalizada e da tradição patrimonialista, entre outros. Com o auto-perdão, há violação sistemática da memória, da verdade e da justiça, assim como dos direitos humanos, o que impacta, positiva ou negativamente, na formação da sociedade.

5 REFERÊNCIAS

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. O Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA – SP): memória e fragmentos. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Coord.). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil : Nunca Mais**: um relato para a história. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL. **Direito à memória e à verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Anistia 30 anos**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ML5qU4g4S1s>. Acesso em: 20 fev. 2013.

CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOFF, Miriam. **Manual do candidato**: história do Brasil. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Coord.). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Os múltiplos sentidos da anistia. In: **Revista Anistia: política de justiça e transição**, Brasília, n. 1, p.272-295, Jan/Jun. 2009.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Coord.). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, 2009.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MEZAROBBA, Glenda. **Um Acerto de Contas com o Futuro – A Anistia e suas Consequências: Um Estudo do Caso Brasileiro**. São Paulo: Editora Humanitas, 2007.

MEZAROBBA, Glenda. Anistia e reparação: uma combinação imprópria. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Coord.). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, 2009.

ROSSI, Waldemar. Anistia e os trabalhadores. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Coord.). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, 2009.

SALES, Jean Rodrigues. Ditadura militar, anistia e a construção da memória social. . In: SILVA, Haike R. Kleber da (Coord.). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, 2009.

SANTOS, Roberto Lima. Os reflexos da "judicialização" da repressão política no Brasil no seu engajamento com os postulados da justiça de transição. **Revista Anistia: política de justiça e transição**, Brasília, n. 1, p.152-177, Jan/Jun. 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Tradução de Raul Fiker. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SEIXAS, Ivan Axelrud de; POLITI, Maurice. A Resistência Armada na Luta contra a Opressão. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Coord.). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, 2009.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de Memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: BRASIL. **Repressão e memória política no contexto Ibero-Brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Boaventura de Sousa Santos et al. Brasília: Ministério da Justiça, 2010

VIANA, Gilney Amorim; CIPRIANO, Perly. **Fome de liberdade**: a luta dos presos políticos pela anistia. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.